

comunicação e de relacionamento interpessoal. A EPS é avaliada segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20,16,12,8 e 4 valores.

22 — Composição do júri do concurso:

Presidente: Dr. André Luís Valadão Coelho Rocha de Macedo — Primeiro Secretário da Comunidade Intermunicipal do Oeste;

Primeiro vogal efetivo: Dr. João Barradas — Técnico Superior da Câmara Municipal de Óbidos;

Segundo vogal efetivo: Dr.ª Marta Isabel Vicente Martins — técnica superior da Comunidade Intermunicipal do Oeste;

Primeiro vogal suplente: Dr.ª Luísa Maria Xavier da Silva Barata — técnica superior da Comunidade Intermunicipal do Oeste;

Segundo vogal suplente: Dr.ª Isa Mónica Antunes Lourenço — técnica superior da Comunidade Intermunicipal do Oeste.

O Presidente do Júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo primeiro vogal efetivo

8 de abril de 2014. — O Presidente do Conselho Intermunicipal, *Carlos Manuel Soares Miguel*.

307757552

MUNICÍPIO DE ABRANTES

Aviso n.º 5240/2014

Para os devidos efeitos se torna público que, findo o procedimento concursal para o provimento do cargo de Comandante Operacional Municipal de Proteção Civil, por meu despacho de 6 de janeiro de 2012, nomeei, em comissão de serviço, pelo período de três anos, António Manuel Henriques de Jesus, no cargo de Comandante Operacional Municipal de Proteção Civil.

A nomeação produz efeitos à data de 6 de janeiro de 2012.

10 de janeiro de 2012. — A Presidente da Câmara, *Maria do Céu Albuquerque*.

307735909

Aviso n.º 5241/2014

Para os devidos efeitos se torna público que, findo o procedimento concursal para o provimento do cargo de direção intermédia de 3.º grau, Coordenador da Unidade Orgânica de Projetos e Empreitadas, por meu despacho de 27 de janeiro de 2014, nomeei, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, a Técnica Superior, Sara Cristina Jorge Morgado, no cargo de Coordenadora da Unidade Orgânica de Projetos e Empreitadas.

A escolha, efetuada nos termos do n.º 5 do Artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15/01, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30/08, aplicada à Administração Local através do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20/04, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 07/06, recaiu na referida técnica superior por revelar uma experiência profissional, Capacidade de direção e alinhamento em relação ao planeamento estratégico, capacidade de análise, planeamento e organização, de nível claramente superior aos restantes candidatos e adequados a função em causa; bem como uma experiência mais rica e diversificada.

A nomeação produz efeitos à data de 01/02/2014.

Anexa-se nota relativa ao currículo académico e profissional da nomeada.

26/03/2014. — A Presidente da Câmara, *Maria do Céu Albuquerque*.

ANEXO

Nota relativa ao currículo académico e profissional

Dados pessoais

Nome: Sara Cristina Jorge Morgado

Data de Nascimento: 10 de abril de 1969

Naturalidade: Angola

Formação académica

Licenciatura em Arquitetura na Universidade Técnica de Lisboa, com a classificação final de 14 valores.

Formação Específica/cargos dirigentes

Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL) na Fundação CEFA, concluído com a classificação final de 16 valores;

Curso de Pós-Graduação em Gestão e Modernização Autárquica na Universidade Internacional, concluído com a classificação final de *Bom*.

Formação profissional relevante

Formação profissional em Plataforma Eletrónica de Contratação Pública, Novo Regime de Carreiras — Lei n.º 12-A/2008, Código dos Contratos Públicos, Regime Jurídico da Instalação e Funcionamento dos Estabelecimentos de Restauração ou de Bebidas, Regime Jurídico de Empreitadas de Obras Públicas, Ordenamento do Território e Gestão Urbanística, Impermeabilização na Construção, Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, Equipamentos Urbanos, Planos de Emergência de Proteção Civil, Reciclar o Património; Segurança Passiva Contra Incêndios em Edifícios, AutoCad Avançado, Sistemas de Informação Geográfica, I e II Jornadas do Património Rural, Jornadas de Redes Europeias das Profissões do Património, Regulamentos Urbanísticos Municipais — Técnicas de Elaboração, Gestão Turística e Cultural, Estratégias de Planeamento e Desenvolvimento Urbano, Sustentabilidade Urbana, Encontros Nacionais de Municípios com Centro Histórico e Reabilitação Urbana.

Experiência profissional

Exerce as funções de Dirigente de 3.º Grau da Unidade Orgânica de Projetos e Empreitadas da Câmara Municipal de Abrantes, com precedência de concurso, desde fevereiro de 2014;

Assume as funções de Dirigente de 3.º Grau da Unidade Orgânica de Projetos e Empreitadas da Câmara Municipal de Abrantes, em regime de substituição, de julho de 2013 até janeiro de 2014;

Manteve as funções de Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas da Câmara Municipal de Abrantes, através da renovação da comissão de serviço, de junho de 2010 até julho de 2013;

Assumiu funções como Chefe da Divisão de Ordenamento e Projetos da Câmara Municipal de Abrantes, por nomeação, com precedência de concurso, de julho de 2007 até junho de 2010, acumulando a coordenação do Serviço de Trânsito e Transportes Públicos até outubro de 2008;

Assumiu funções como Coordenadora da Divisão de Ordenamento e Projetos — Serviço de Projeto da Câmara Municipal de Abrantes, mantendo, cumulativamente, as funções de Arquiteta Coordenadora do Gabinete dos Centros Históricos, de julho de 2006 a julho 2007;

Tomou posse como Arquiteta Principal no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Abrantes em agosto de 2002, mantendo as funções de Arquiteta Coordenadora do Gabinete dos Centros Históricos, de agosto de 2002 a julho de 2006;

Tomou posse como Arquiteta de 1.ª Classe no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Abrantes, em novembro de 1998, mantendo as funções de Arquiteta Coordenadora do Gabinete dos Centros Históricos, de novembro de 1998 a julho de 2002;

Tomou posse como Arquiteta de 2.ª Classe no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Abrantes, em maio de 1998, mantendo as funções de Arquiteta Coordenadora do Gabinete dos Centros Históricos, de maio de 1998 a outubro de 1998;

Exerce as funções de Arquiteta Coordenadora do Gabinete dos Centros Históricos, criado na sequência da extinção do Gabinete Técnico Local de Abrantes, de maio de 1997 até maio de 1998;

Ingressou no quadro da Câmara Municipal de Abrantes, com precedência de concurso, em 02/12/1997;

Exerce as funções de Arquiteta Coordenadora do Gabinete Técnico Local de Abrantes, com contrato a termo certo, de agosto de 1995 a 1996, com renovação do contrato a termo certo até maio de 1997;

Exerce as funções de Arquiteta Coordenadora do Gabinete Técnico Local de Abrantes, com contrato de prestação de serviços, de 1993 até julho de 1995;

Exerce a profissão de Arquiteta em regime de profissional liberal em *atelier* de arquitetura e planeamento em 1992.

307739602

MUNICÍPIO DE ÁGUEDA

Aviso n.º 5242/2014

Procedimento concursal comum, com caráter excecional, de recrutamento para preenchimento de um posto de trabalho, na carreira/categoria de técnico superior, para a área de engenharia civil, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo determinado — a termo resolutivo incerto.

1 — Nos termos do disposto no artigo 6.º, artigo 7.º e artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, adaptada à Administração Autár-

quica pelo Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, e do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril e da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, torna-se público que, por deliberação da Câmara Municipal de 18 de fevereiro de 2014, da Assembleia Municipal, em sessão de 28 de fevereiro de 2014, e do despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal datado de 21 de março de 2014, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis, a contar do dia da publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum, com caráter excecional, de recrutamento de trabalhadores, com vista ao preenchimento de um posto de trabalho, na carreira/categoria de Técnico Superior para a área de Engenharia Civil, previsto e não ocupado no mapa de pessoal da Câmara Municipal de Águeda, na modalidade de relação jurídica de emprego público a constituir por contrato de trabalho em funções públicas, por tempo determinado — a termo resolutivo incerto.

2 — Consultada a Entidade Centralizadora para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), no cumprimento do disposto no artigo 4.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, atribuição ora conferida ao INA, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 48/2012, de 29 de fevereiro, foi prestada a seguinte informação: “Não tendo, ainda, decorrido qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, declara-se a inexistência, em reserva de recrutamento, de qualquer candidato com o perfil adequado”.

3 — Legislação aplicável: O presente procedimento rege-se pelas disposições constantes na Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro com as respetivas alterações; Decreto — Regulamentar n.º 14/2008 de 31 de julho; Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro; Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro; Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro; Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de janeiro, com a redação que lhe foi conferida pela Portaria n.º 145-A/2011 de 6 de abril; Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro; Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro e Código do Procedimento Administrativo.

4 — Âmbito de Recrutamento: Por deliberação da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2014, e nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e do n.º 8 do artigo 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, foi autorizado efetuar o recrutamento de trabalhadores, com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinado, na modalidade de Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Incerto, a fim de se proceder ao preenchimento de um posto de trabalho previstos no Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Águeda.

5 — Local de trabalho: Na área do Município de Águeda.

6 — Caracterização do posto de trabalho: O posto de trabalho a concurso caracteriza-se pelo exercício de funções na carreira e categoria de Técnico Superior, tal como descrito no Anexo referido no n.º 2 do artigo 49.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, complementado pelas seguintes funções: Organizar os serviços de acordo com as orientações e objetivos definidos pelos órgãos municipais; Cumprir os procedimentos definidos na legislação ou regulamentos aplicáveis e na CMA; Cumprir as disposições do Manual do Sistema de Gestão (SG) e respetivos Procedimentos de Gestão; Propôr medidas de correção e de melhoria do serviço prestado; Construir e manter infraestruturas municipais; Elaborar e org. proj. de arruamentos e pequenas obras de arte bem como estudos de alinhamentos; Gestão de contratos de empreitadas e de contas correntes das obras Fiscalização/acompanhamento de obras em regime de empreitada e elaboração de documentos respetivos; Realizar vistorias às obras e emitir relatórios para receções provisórias/definitivas; Cumprir e fazer cumprir as regras de segurança em obra; Quaisquer outras tarefas/projetos que lhe sejam solicitados e estejam no âmbito das qualificações.

7 — Prazo de validade: Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, o procedimento concursal é válido para o recrutamento do preenchimento dos postos de trabalho a ocupar (um posto) e para ocupação de idênticos postos de trabalho, a ocorrer no prazo de 18 meses, contados da data de homologação da lista de ordenação final do presente procedimento.

8 — Posicionamento remuneratório: O posicionamento dos trabalhadores recrutados numa das posições remuneratórias da categoria é objeto de negociação com a entidade empregadora pública e terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal, nos termos do artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, em conjugação com o artigo 26.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, mantido em vigor pelo artigo 42.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

A posição remuneratória de referência corresponde à 2ª posição, nível 15 da tabela remuneratória da carreira/categoria de Técnico Superior (presentemente fixado em € 1.201,48)

9 — Requisitos de admissão:

9.1 — Os requisitos gerais de admissão, definidos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, nomeadamente:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos de idade completos;
- c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou não estar interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- d) Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções;
- e) Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

10 — Requisitos especiais de admissão: Licenciatura em Engenharia Civil e inscrição como membro efetivo na respetiva associação profissional de direito público.

O Candidato deverá ser detentor, à data limite para apresentação das candidaturas, dos requisitos gerais e especiais de admissão.

11 — No presente procedimento, não existe possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.

12 — Em conformidade com o disposto na alínea l) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares de categoria, executem as mesmas funções e ocupem, no órgão ou serviço que publica o procedimento concursal, postos idênticos àqueles para cuja ocupação se publica o procedimento, excetuando os que se encontrem em mobilidade especial.

13 — Em cumprimento do estabelecido no n.º 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e dos artigos 49.º e 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, o recrutamento para constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo determinado ou determinável inicia-se de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida que não pretendam conservar aquela relação jurídica ou por trabalhadores que se encontrem colocados em situação de mobilidade especial.

13.1 — Em caso de impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho por aplicação no disposto no número anterior, e tendo em conta os princípios de racionalização e eficiência que devem presidir à atividade municipal, pode proceder-se ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, nos termos do n.º 6 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugado com a alínea g) do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

14 — Forma e prazo para apresentação de candidaturas:

14.1 — Prazo — 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, nos termos do artigo 26.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

14.2 — Forma — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento de formulário de candidatura ao procedimento concursal, a que se refere o n.º 1 do artigo 51.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, aprovado por Despacho n.º 11 321 /2009, de 8 de maio, publicado no *Diário da República*, disponibilizado no endereço eletrónico da Direção Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP), em www.dgaep.gov.pt, e na página eletrónica da Câmara Municipal de Águeda, em www.cm-agueda.pt, dirigidas ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Só serão aceites candidaturas enviadas através de correio eletrónico para o endereço geral@cm-agueda.pt.

14.3 — O formulário da candidatura deverá ser acompanhado, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

- a) Fotocópia do Bilhete de Identidade ou do Cartão de Cidadão;
- b) Documento comprovativo das habilitações literárias, nos termos do n.º 2 do artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril;
- c) *Curriculum vitae* atualizado, detalhado, devidamente datado e assinado, onde constem as funções que exerce e ou desempenhou anteriormente, a formação profissional que possui e a experiência profissional adquirida.

Os fatos mencionados no currículo deverão ser devidamente comprovados, incluindo as ações de formação frequentadas, sob pena de não serem considerados na avaliação curricular;

d) Quaisquer outros documentos que os candidatos considerem relevantes para apreciação do seu mérito.

14.4 — Os candidatos que se encontrem numa das situações previstas nas alíneas a), b) e c) do n.º 1 do artigo 52.º da LVCR, deverão ainda apresentar:

- a) Declaração emitida pelo serviço onde o candidato se encontra a exercer funções, devidamente atualizada e autenticada, da qual conste, de forma inequívoca, a carreira e a categoria de que o candidato é titular, a modalidade de relação jurídica de emprego público, com descrição detalhada das funções, atividades, atribuições e competências inerentes ao posto de trabalho ocupado pelo candidato, a avaliação de desempenho obtida nos últimos 3 anos, devendo a mesma ser complementada com informação referente à posição remuneratória auferida pelo mesmo;
- b) Caso o candidato se encontre em situação de mobilidade especial deverá apresentar documento comprovativo dessa condição.

14.5 — Os candidatos que exerçam funções na entidade ou serviço que publica o procedimento ficam dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos fatos indicados no currículo, desde que, expressamente, refiram que os mesmos se encontram arquivados no respetivo processo individual, para tanto, deverão declará-lo no requerimento.

Nesses casos o júri do concurso solicitará oficiosamente os mesmos ao respetivo serviço de pessoal.

15 — A não apresentação dos documentos exigidos no ponto 14.3 e 14.4, quando aplicável, determina a exclusão do procedimento, nos termos da alínea a) do n.º 9 do artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com a nova redação da Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril.

O não preenchimento ou preenchimento incorreto dos elementos relevantes do formulário de candidatura por parte do candidato determina a sua exclusão do procedimento concursal.

16 — Quando a não apresentação atempada dos documentos se tenha devido a causas não imputáveis ao candidato, devidamente comprovadas, o júri pode conceder um prazo suplementar para apresentação dos documentos.

17 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, e para efeitos de admissão ao concurso, os candidatos com deficiência devem declarar sob compromisso de honra e ou comprovar o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência. Os candidatos com deficiência têm preferência em igualdade de classificações.

18 — Assiste ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve no seu currículo, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

19 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei, e as candidaturas que não obedeçam aos requisitos expressos no presente aviso e as que não estejam devidamente referenciadas não serão aceites.

20 — Métodos de Seleção

20.1 — Considerando a necessidade premente de repor a capacidade de resposta do serviço no âmbito das atribuições que lhe estão cometidas, por carência de recursos humanos na área a que respeita o presente recrutamento, é utilizado ao abrigo do disposto no artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugado com os artigos 6.º e 7.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, dois métodos de seleção obrigatórios e um método de seleção complementar, designadamente a Avaliação Curricular, Entrevista de Avaliação de Competências e a Entrevista Profissional de Seleção. Avaliação Curricular (AC) — visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, o percurso profissional, a relevância da experiência adquirida e formação realizada, o tipo de funções exercidas e a avaliação de desempenho obtida. Para tal serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, e que são os seguintes: Habilitação académica, Formação profissional, Experiência profissional e Avaliação de desempenho.

A avaliação curricular que terá ponderação de 35 % na classificação final, será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, resultando a nota final da aplicação da seguinte fórmula:

$$AC = HA \times 20 \% + FP \times 30 \% + EP \times 40 \% + AD \times 10 \%$$

em que AC = Avaliação Curricular; HA = Habilitações Académicas; FP = Formação Profissional; EP = Experiência Profissional; AD = Avaliação de Desempenho.

No caso dos candidatos não possuírem avaliação de desempenho, por razões que não lhes sejam imputáveis, o valor a ser considerado na fórmula é 10 valores. Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) — visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função.

A entrevista de Avaliação de Competências, é avaliada segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20,

16, 12, 8 e 4 valores. A Entrevista de Avaliação de Competências terá uma ponderação de 35 % na classificação final.

A Entrevista Profissional de Seleção (EPS) — visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional geral e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal. A entrevista profissional de seleção, de caráter público, é avaliada segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores. A entrevista profissional de seleção terá a ponderação de 30 % na classificação final.

20.2 — Valoração Final: Nos termos previstos no artigo 34.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 145-A/2011 de 6 de abril, a valoração final e a consequente ordenação final dos candidatos que completem o procedimento resultará da média aritmética ponderada das classificações quantitativas dos dois métodos de seleção que será expressa na escala de 0 a 20 valores e efetuada através da seguinte fórmula:

$$CF = AC \times 35 \% + EAC \times 35 \% + EPS \times 30 \%$$

em que CF = Classificação Final; AC = Avaliação Curricular; EAC = Entrevista de Avaliação de Competências e EPS = Entrevista Profissional de Seleção.

20.3 — Critério de desempate: Em caso de igualdade de valoração entre os candidatos aplicam-se os critérios previstos no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril.

20.4 — Consideram-se excluídos, os candidatos que:

- a) não compareçam a qualquer um dos métodos de seleção para que hajam sido convocados;
- b) no decurso de um método de seleção apresentem a respetiva resistência;
- c) obtenham valoração inferior a 9,5 valores, num dos métodos de seleção ou na classificação final.

21 — Nos termos da alínea t) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, os critérios de apreciação e ponderação dos métodos de seleção, bem como o sistema de classificação dos candidatos, incluindo a respetiva fórmula classificativa, constam das atas das reuniões do júri do procedimento, as quais serão facultadas aos candidatos, no prazo de 3 dias úteis, sempre que solicitadas.

22 — Composição do Júri: Presidente — Eng.ª Manuela Pato, Chefe de Divisão de Execução de Obras Municipais; Vogais Efetivos — Eng.ª Ana Matos, Chefe de Divisão de Gestão Urbanística, que substituirá a Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos e Dr. João Nuno Gomes, Técnico Superior da Unidade Técnica de Recursos Humanos; Vogais suplentes — Eng.ª Dina Batel, Chefe de Divisão de Manutenção de Edifícios e Equipamentos Municipais e Dr.ª Daniela Gonçalves, técnica superior da Unidade Técnica de Recursos Humanos.

23 — Exclusão e notificação dos candidatos — Os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, para realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo. As alegações a proferir pelos mesmos devem ser feitas em formulário próprio para o exercício do direito de participação dos interessados, aprovado por Despacho n.º 11 321/2009, de 8 de maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 8 de maio, disponibilizado no endereço eletrónico da Direção-Geral da Administração e Emprego Público, (DGAEP), em www.dgaep.gov.pt, podendo ainda ser obtido na página eletrónica ou junto dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

23.1 — Os candidatos admitidos/aprovados serão convocados/notificados, com indicação do dia, hora e local para a realização dos métodos de seleção, em conformidade com o disposto no artigo 32.º e por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da referida Portaria.

23.2 — A publicitação dos resultados obtidos nos métodos de seleção é efetuada através de lista ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações da Câmara Municipal de Agueda, e disponibilizada na sua página eletrónica.

24 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados e dos excluídos no decurso da aplicação do método de seleção, é notificada, para efeitos de audiência de interessados, nos termos do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

25 — Nos termos do preceituado n.º 6 do artigo 36.º da supracitada Portaria, a lista unitária da ordenação final dos candidatos, depois de homologada, é publicada na 2ª Série do *Diário da República*, afixada em

local visível e público das instalações da Câmara Municipal de Águeda e disponibilizada na sua página eletrónica em www.cm-agueda.pt.

26 — Em cumprimento no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, o presente Aviso é publicado na 2.ª série do *Diário da República*, na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), no 1.º dia útil seguinte à sua publicação no *Diário da República*, por extrato na página eletrónica da Câmara Municipal, e também por extrato em jornal de expansão nacional, no prazo máximo de três dias úteis contados da mesma data.

27 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, “A Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades, entre homens e mulheres, o acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar, toda e qualquer forma de discriminação”.

24 de março de 2014. — O Vereador, com competências delegadas,
João Carlos Gomes Clemente.

307719296

Aviso n.º 5243/2014

Procedimentos concursais comuns para constituição de relação jurídica de emprego, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para preenchimento de 2 postos de trabalho, do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Águeda.

1 — Nos termos do disposto nos números 2 e 4 do artigo 6.º, do artigo 7.º e artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, adaptada à Administração Autárquica pelo Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, e do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril e da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, torna-se público que, por deliberação da Câmara Municipal de 18 de fevereiro de 2014, da Assembleia Municipal, em sessão de 28 de fevereiro de 2014, e do despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal datado de 21 de março de 2014, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis, a contar do dia da publicação do presente aviso no *Diário da República*, os seguintes procedimentos concursais comuns de recrutamento de trabalhadores, com vista ao preenchimento de dois postos de trabalho, na modalidade de relação jurídica de emprego público a constituir por contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, a fim de se proceder ao preenchimento dos lugares a seguir indicados, previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Águeda:

Procedimento ref.ª O — 1 (um) Fiscal Municipal de 2ª Classe;
Procedimento ref.ª P — 1 (um) Técnico Superior para a área de Proteção Civil;

2 — Consultada a Entidade Centralizadora para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), no cumprimento do disposto no artigo 4.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, atribuição ora conferida ao INA, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 48/2012, de 29 de fevereiro, foi prestada a seguinte informação: “Não tendo, ainda, decorrido qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, declara-se a inexistência, em reserva de recrutamento, de qualquer candidato com o perfil adequado”.

3 — Legislação aplicável: O presente procedimento rege-se pelas disposições constantes na Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro com as respetivas alterações; Decreto — Regulamentar n.º 14/2008 de 31 de julho; Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro; Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro; Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro; Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de janeiro, com a redação que lhe foi conferida pela Portaria n.º 145-A/2011 de 6 de abril; Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro e Código do Procedimento Administrativo.

4 — Âmbito de Recrutamento: Por deliberação da Câmara Municipal de 18 de fevereiro de 2014, e nos termos do n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, foi autorizado efetuar o recrutamento de trabalhadores, com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a fim de se proceder ao preenchimento de dois postos de trabalho previstos no Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Águeda.

5 — Local de trabalho: Município de Águeda.

6 — Caracterização dos postos de trabalho:

Procedimento ref.ª O — O posto de trabalho a concurso caracteriza-se pelo exercício de funções na carreira e categoria de Fiscal Municipal de 2.ª Classe, complementando com as funções descritas no mapa de

pessoal da entidade empregadora pública: Organizar os serviços de acordo com as orientações e objetivos definidos pelos órgãos municipais; Cumprir os procedimentos definidos na legislação ou regulamentos aplicáveis e na CMA, Cumprir as disposições do Manual do Sistema de Gestão (SG) e respetivos Procedimentos de Gestão; Propor medidas de correção e de melhoria do serviço prestado; Analisar e dar resposta a reclamações, queixas e sugestões dos cidadãos; Monitorização e medição de indicadores de desempenho dos processos; Assegurar Fiscalização Municipal (obras particulares, trânsito, publicidade, deposição de resíduos indevida, mercado e feira); Verificar o cumprimento pelo município da legislação, regulamentos e decisões municipais; Quaisquer outras tarefas/projetos que lhe sejam solicitados e estejam no âmbito das suas qualificações.

Procedimento ref.ª P — O posto de trabalho a concurso caracteriza-se pelo exercício de funções na carreira e categoria de Técnico Superior, tal como descrito no Anexo referido no n.º 2 do artigo 49.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, complementado com as funções descritas no mapa de pessoal da entidade empregadora pública, que caracterizam os postos de trabalho a ocupar: Organizar os serviços de acordo com as orientações e objetivos definidos pelos órgãos municipais; Cumprir os procedimentos definidos na legislação ou regulamentos aplicáveis e na CMA; Cumprir as disposições do Manual do Sistema de Gestão (SG) e respetivos Procedimentos de Gestão; Propor medidas de correção e de melhoria do serviço prestado; Analisar e dar resposta a reclamações, queixas e sugestões dos cidadãos; Monitorização e medição de indicadores de desempenho dos processos; Gerir Proteção Civil; Monitorizar e acompanhar situações de perigo potencial/crítico, relativamente a efeitos naturais, comunicadas pelo Centro Distrital de Operações de Socorro; Assegurar a articulação e colaboração com o Serviço Nacional de Proteção Civil e outras instituições oficiais; Propor e colaborar com outros (serviços/entidades competentes) na execução de medidas que visem a prevenção de riscos, atenuação dos seus efeitos e socorro a pessoas em perigo; Promover o estudo e preparação de planos de defesa das populações em caso de emergência, bem como nos testes às capacidades de execução e avaliação dos mesmos, no âmbito do definido na lei de Bases de Proteção Civil; Propor e promover a execução de medidas de prevenção (fiscalização de ações clandestinas propiciadoras de incêndios, explosões ou outras catástrofes); Promover e coordenar a elaboração e execução de planos especiais de emergência para riscos; específicos do Município; Promover ações de formação, sensibilização e informação das populações e a realização de exercícios de procedimentos de proteção civil; Atendimento a municípios; Colaborar com a DV-DL_Ação Social, no apoio a famílias sinistradas e o seu acompanhamento até à sua plena inserção social; Quaisquer outras tarefas/projetos que lhe sejam solicitados e estejam no âmbito das suas qualificações.

7 — Prazo de validade: Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, o procedimento concursal é válido para o recrutamento do preenchimento dos postos de trabalho a ocupar (dois postos) e para ocupação de idênticos postos de trabalho, a ocorrer no prazo de 18 meses, contados da data de homologação da lista de ordenação final do presente procedimento.

8 — Posicionamento remuneratório: O posicionamento dos trabalhadores recrutados numa das posições remuneratórias da categoria é objeto de negociação com a entidade empregadora pública e terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal, nos termos do artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, em conjugação com o artigo 26.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, mantido em vigor pelo artigo 42.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

A posição remuneratória de referência para:

a) Fiscal Municipal 2.ª Classe: a correspondente ao escalão 1, índice 199 da escala indicária das carreiras gerais da função pública, correspondente a € 683,13;

b) Técnicos Superiores: a correspondente à 2.ª posição, nível 15 da tabela remuneratória da carreira/categoria de Técnico Superior (presentemente fixado em € 1.201,48).

9 — Requisitos de admissão:

9.1 — Os requisitos gerais de admissão, definidos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, nomeadamente:

a) Ter nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos de idade completos;

c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou não estar interdito para o exercício das funções a que se candidata;

d) Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções;

e) Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.